

O povo não foi cheirado...

17.VI.52 RAUL PILLA

O MEU ILUSTRE amigo sr. Austregésilo de Athayde, que, pôsto agora nas aras da imortalidade acadêmica, eu conheci no exílio há vinte anos, dá-nos, a nós, parlamentaristas, graves e sentenciosos conselhos. Devemos conter a nossa impaciência de reformadores, pois ninguém está a morrer. Levamos sessenta e um anos de presidencialismo: por que não esparar mais três pela palavra soberana do povo brasileiro? Demais, sem uma consulta ao povo, equivaleria a reforma a uma escamoteação.

Pobre povo brasileiro! Só se lembram da sua soberania, para melhor o manter na servidão. Diga-o o sr. Austregésilo de Athayde: quando foi consultado o povo brasileiro a respeito do regime vigente? A República foi implantada por um golpe militar, que apanhou o povo inteiramente descuidado; e o presidencialismo foi adotado por uma Assembleia Constituinte eleita de acôrdo com o famigerado Regulamento Alvim, que só permitia o acesso aos amigos do Governo Provisório. O povo estêve quase tão presente naquela assembléia, como estêve nos acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889. Ele nunca foi inquirido a respeito da implantação do presidencialismo no País. Muito ao contrário disto, o que os principais documentos da propaganda republicana, a começar pelo manifesto de 1870, inculcavam era que a República, além de federativa, seria parlamentar. Foi a inserção da questão militar no movimento republicano o que, dando singular influência ao grupo positivista e, por conseguinte, ditatorialista, desviou a República dos seus verdadeiros rumos, que eram os de uma democracia ainda mais perfeita que a do Império. O povo, êsse não foi ouvido e nem, sequer, cheirado.

A melhor prova desta falta de assentimento popular, têmo-la na gloriosa Revolução Federalista, que, havendo deflagrado em 1893 no extremo Sul, contou com a simpatia de todo o País, chegou vitoriosa às lindes de São Paulo e só não dominou, por serem praticamente inesgotáveis os recursos materiais do govêrno. Que desejavam os revolucionários? Simplesmente democratizar a República, mediante a adoção do sistema parlamentar. Depois daquela grande revolução, tivemos uma série quase ininterrupta de comoções populares e levantes militares, todos dirigidos contra o despotismo presidencial, que culminou com a vitoriosa revolução de outubro de 1930. Se esta houvesse cumprido tôdas as suas promessas, teria instituído o sistema parlamentar, pois a isto equivalia a correção da hipertrofia do Poder Executivo, que ela visava principalmente combater. Tivemos, porém, a ditadura, que nos atirou a ambos, a mim e a Austregésilo de Athayde, às margens do Rio da Prata. Sem embargo disto, foi necessário transigir com a tendência liberal e democrática do País, pois as duas Constituições posteriormente elaboradas acolheram o comparecimento dos ministros ao Congresso e a sua coparticipação na responsabilidade meramente convencional do presidente da República. Enquanto isto acontecia, dois partidos inscreviam no seu programa o sistema parlamentar e os demais, com uma única exceção, silenciaram quanto ao sistema presidencial. O Partido que, ao reiniciar-se, em 1945, a vida democrática, ainda se mantinha fiel ao presidencialismo, era o Republicano. Pois êste mesmo acabou retirando do seu programa o princípio, e nêle teria incluído o sistema parlamentar, se ainda não contasse com uma minoria resistente à idéia.

Assim, em que pese ao ilustre acadêmico e jornalista, o povo não foi ouvido quando se adotou o sistema presidencial e, sob o influxo de cada vez mais veemente condenação da opinião pública, os próprios partidos políticos acabaram riscando-o do seu programa. Relegou-se inteiramente o que antes constituía matéria de fé.